

# Efeito de impostura: mentira e manipulação no pronunciamento televisionado de Jair Bolsonaro

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i1.3883>

**Joarle Magalhães Soares<sup>1</sup>**

## Resumo

O propósito deste trabalho é apontar como Jair Bolsonaro usou o aparato de comunicação do Estado para institucionalizar um discurso essencialmente estruturado em estratégias de manipulação. Por meio da análise de um pronunciamento feito em rede nacional de TV e rádio, foi possível constatar que o comportamento discursivo do ex-presidente do Brasil recorreu ao efeito de impostura, ou seja, o sujeito se projetou como um agente da mentira na cena política. O estudo é desenvolvido a partir do suporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente a Teoria Semiolinguística e os estudos sobre discurso político de Patrick Charaudeau. Pode-se afirmar que, no pronunciamento oficial, Bolsonaro rompeu com os termos que dão a este contrato de comunicação o *status* de Cena retórica.

**Palavras-chave:** análise do discurso; Bolsonaro; pronunciamento; manipulação; efeito de impostura.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; joarle.magalhaes@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-5316-8072>

# **The Effect of Imposture: Lies and Manipulation in Jair Bolsonaro's Televised Address**

## **Abstract**

The purpose of this study is to demonstrate how Jair Bolsonaro utilized the state's communication apparatus to institutionalize a discourse fundamentally based on manipulation strategies. Through the analysis of a televised and radio broadcast address, it was possible to observe that the discursive behavior of the former president of Brazil relied on the effect of imposture—that is, the projection of the subject as an agent of deceit in the political arena. The study is grounded in the theoretical and methodological framework of French Discourse Analysis, specifically the Semiolinguistic Theory and Patrick Charaudeau's studies on political discourse. It can be asserted that, in the official address, Bolsonaro disrupted the terms that grant this communication contract the status of a rhetorical Scene.

**Keywords:** discourse analysis; Bolsonaro; address; manipulation; effect of imposture.

## **Introdução**

Os anos do governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022) foram marcados por uma constante tensão discursiva presente em situações cotidianas, que abarcam desde as relações familiares até as notícias dos telejornais. Por meio de postagens em redes sociais, declarações e pronunciamentos, os atores que estavam no poder criaram polêmicas que conduziram a pauta do debate público e os holofotes da imprensa. Em vez de propor discussões que tratasse dos reais problemas brasileiros, o Presidente da República, maior responsável por essa engenharia discursiva, procurava o embate. Bolsonaro coleciona incontáveis manifestações de incivilidade que insuflaram ataques, polarização, preconceito, ódio e polêmicas. O político tinha como característica um modo de governar populista autoritário que desafiava as instituições e evidenciava a falta de compromisso com a verdade. Suas declarações construíam discursos sob um modo peculiar de interpretar a realidade, baseado em crenças e visão de mundo desconectadas de fatos e de conhecimento científico.

Este artigo busca mostrar de que maneira as declarações oficiais do ex-presidente também se pautaram nesse princípio e procuraram institucionalizar a mentira na cena política. Por meio da análise de um pronunciamento transmitido pela TV em 31 de dezembro de 2021, buscamos visualizar uma situação de comunicação na qual Bolsonaro, ocupando a posição de chefe do Executivo, usou o aparato de comunicação do Estado para romper o contrato que comumente é estabelecido nesse dispositivo do discurso político. O estudo é empreendido a partir da perspectiva da Análise do Discurso de filiação francesa, sob a ótica da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau e seus trabalhos sobre discurso político e manipulação.

## Discurso político e estratégias de manipulação

Em uma democracia, é fundamental que a instância política seja reconhecida pela instância cidadã, uma vez que a adesão dos cidadãos e das instituições de representação da sociedade civil às propostas dos políticos acaba por ressaltar a autoridade que determinado governante conseguiu conquistar. Conforme Charaudeau (2006), na busca pela adesão do público, faz-se necessário que o político seja legitimado em suas ações, sendo reconhecido como um sujeito capacitado a ocupar o seu cargo e a representar os seus eleitores. Em vista disso, os valores defendidos pelos políticos devem estar de acordo com os daqueles que eles representam, para que, desse modo, os feitos realizados sejam justificados pelos princípios que ambos possuem em comum. Tudo isso confere credibilidade ao político frente a seus eleitores, ela relaciona-se à capacidade do sujeito de apresentar suas propostas como verdadeiras.

Para que o político ganhe adesão entre os cidadãos, ele deve apoiar seu discurso em valores transcendentais fundados historicamente e, ao mesmo tempo, se inscrever na volátil regulação das relações entre o povo e seus representantes. Em sua singularidade, o político fala para todos, é voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um terceiro, enunciador de um ideal social. Sendo assim, ele deve saber como inspirar confiança e admiração para que conquiste adesão a essa “[...] imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções” (Charaudeau, 2006, p. 80).

As estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem, então, de vários fatores: sua identidade social; a maneira como ele percebe a opinião pública; o caminho que ele faz para chegar até lá; a posição dos outros atores políticos; e o que ele julgar necessário defender ou atacar (as pessoas, as ideias ou as ações). O político pode perceber a opinião pública como sendo favorável, desfavorável ou incerta e seus discursos deverão ajustar-se a essa percepção e aos diferentes públicos que a constituem. Dessa forma, a atividade de persuasão e de sedução é constitutiva do discurso político, uma vez que, na democracia, é necessário conquistar o poder ou gerí-lo a partir da aprovação popular. A fala política tem que ser capaz de “[...] atingir o maior número possível daqueles que compõem esse auditório heterogêneo, cujo denominador comum de compreensão, de análise e de apreciação é, por definição, reduzido” (Charaudeau, 2010).

O discurso político se inscreve, então, dentro da chamada “visada de incitação a fazer”, uma das três intencionalidades do sujeito falante (a expectativa ou o que está em jogo em um ato de linguagem), que Charaudeau (2010) descreve para classificar as finalidades do discurso propagandista. Nesta visada de incitação, o “eu” quer “fazer fazer” alguma coisa a “tu”, mas não está em posição de autoridade. Por isso, o “eu” deve procurar incitar o “tu” a fazer e, para isso, ele deve passar por um “fazer crer”, a fim de persuadir o “tu” de

que será o beneficiário do seu próprio ato, de modo que este aja (ou pense) na direção desejada pelo “eu”. O “tu” se encontra, então, em posição de “dever crer” no que lhe é dito.

No desenvolvimento do enunciado para o convencimento do “tu” pelo “eu”, além das estratégias de persuasão e sedução comuns ao discurso político (e calcadas na relação entre *ethos*, *pathos* e *logos*), são empregadas também estratégias da ordem da “manipulação dos espíritos”. A fronteira entre os dois tipos de estratégia é porosa e não está claramente definida e, por isso, o discurso político se distingue do discurso propagandista e do publicitário, uma vez que nesses dois últimos as instâncias do dispositivo conhecem as condições de produção e a questão da manipulação só pode ser tratada após essas condições serem consideradas. No caso do discurso político, a instância de poder parte do princípio de que “nem tudo pode ser dito” para que se alcance a persuasão, é preciso vestir máscaras.

De acordo com Charaudeau (2010), na busca pelo “fazer crer” (persuasão), a visada de incitação do domínio político (“fazer fazer”) procura suscitar a formação de uma opinião ou alterar a opinião já formada. Para isso, duas características são acrescentadas ao discurso.

Uma é que o manipulador não revela seu projeto de realização e o maquia sob um outro projeto que é apresentado como favorável ao manipulado (quer o benefício seja de ordem individual ou coletiva). A outra é que o manipulador, para melhor impressionar o manipulado, tira partido de certa posição de legitimidade que lhe é dada pela situação e joga com uma credibilidade que ele teria adquirido em outra parte. A consequência disso é que o manipulado, ignorando o verdadeiro teor deste projeto, se deixa persuadir por esta falsa aparência e entra no jogo de persuasão do manipulador sem se dar conta (Charaudeau, 2010).

Sendo assim, as estratégias discursivas empregadas para manipular podem ser resumidas em três tipos: 1) narrativas dramáticas, nas quais são postos em destaque heróis e vítimas com o intuito de produzir às vezes angústia, às vezes exaltação; 2) discursos de promessa (ou até mesmo de profecia), que fazem parte de uma ordem moral ou de um sonho sem que o político dê a impressão de ser autoritário, sob a suspeita de se tornar suspeito, mas suscite a esperança por “dias melhores”; e 3) discursos de provocação do afeto, com o objetivo de tocar a emoção para provocar alegria e simpatia ou temor e medo. Tais estratégias são formuladas por meio de procedimentos formais de simplificação e repetição.

A simplificação se dá com o emprego de fórmulas imagéticas, de *slogans* que têm como efeito “essencializar” os julgamentos, transformá-los em estereótipos e torná-los suporte de identificação ou de apropriação. Segundo Charaudeau (2006), simplificar é tentar reduzir a complexidade do mundo e do universo do pensamento à sua expressão mais

simples. Simplificar pode levar um enunciado a uma falsa verdade, a uma verdade não provada ou mesmo a uma contraverdade, ou seja, a condição de simplicidade acarreta sempre a perda de um pouco de verdade. Já a repetição conferida a esses julgamentos essencializados, por meio de imagens, *slogans*, memes etc., vai da inoculação difusa à repetição excessiva, com a ajuda das mídias sociais e da imprensa, por meio de notícias repetidas à exaustão, até que se tenha o resultado desejado.

A condição de simplificação ocorre ainda a partir de um duplo procedimento: singularização e essencialização. A singularização consiste em evitar a multiplicação de ideias distintas, pois essa multiplicação pode confundir os espíritos não habituados à especulação intelectual. Já a essencialização diz respeito a fazer com que uma ideia seja inteiramente contida, reunida e condensada em uma noção que existiria em si, de maneira natural, como uma essência, independente de outra coisa que não ela mesma. Para tanto, é apresentada sob forma nominalizada. Charaudeau (2006) defende a hipótese psicossociológica segundo a qual quanto mais uma ideia é indeterminada, mais somos atraídos por ela. Esse tipo de fórmula baseada no duplo procedimento de singularização e de essencialização é destinada a produzir um efeito de evidência que acaba causando impacto no público.

Esses procedimentos de persuasão e manipulação concorrem para a produção de um efeito de *slogan* como o encontrado no discurso publicitário, mas com a diferença de que um *slogan* não engana ninguém do ponto de vista de sua força de verdade, já que reconhecemos nele apenas uma força de sonho e de sedução. No discurso político, em contrapartida, uma frase com efeito de *slogan*, como “bandido bom é bandido morto” ou “as minorias têm que se curvar”, é capaz de adquirir uma força de verdade para quem quer crer em sua essencialização. Aqueles que a recebem são expostos a “[...] um efeito de adesão passional mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido veiculado está impregnado de uma razão emocional que excede largamente o que é dito explicitamente” (Charaudeau, 2006, p. 100).

## **Mentira e efeito de impostura**

Como estratégia discursiva utilizada para manipular, a simplificação, no contexto político de ascensão da extrema direita, tornou-se um recurso eficiente para a disseminação de *fake news* e distorção de fatos. A “autoverdade” bolsonarista foi formatada a partir dela, dando à mentira um papel fundamental na sustentação das falas presidenciais. Sabemos que o discurso político, de um lado, é um discurso de persuasão, mas muitas vezes, do outro lado, conforme afirma Emediato (2016, p. 21), “[...] há pessoas que esperam ser persuadidas, que se colocam como alvo da persuasão e até se submetem a ela, por interesse, medo ou ignorância”. Como todo discurso de persuasão, ele precisa esconder sua intenção persuasiva por um “mentir verdadeiro”, como postula Charaudeau (2006). Nas palavras de Diderot, citadas por Emediato (2016, p. 21), “[...] engolimos de uma vez a

mentira que nos adula e bebemos gota a gota a verdade que nos amarga". Para o autor, o enciclopedista francês quis chamar atenção para a nossa relação passional com o mundo, em especial o da política, que nos recruta para uma experiência subjetiva. A mentira que nos adula é mais facilmente aceitável por ser mais desejável do que a verdade, que pode nos frustrar quando não estiver condizente com o que nos traz felicidade. Sendo assim, a verdade possuiria um atributo que a mentira não tem: a indiferença.

Além de incitar as pessoas a fazer, dizer, pensar, o discurso manipulatório, principalmente na cena política, é caracterizado por uma maquilagem intencional e um efeito de impostura que não são próprios de todo ato de persuasão. Entre as muitas estratégias a serviço do "fazer crer", Charaudeau (2022) aponta quatro figuras que atuam em um ato discursivo de negatividade em relação à verdade: a mentira, a denegação, a má-fé e a impostura. Esta última, no entanto, possui algo específico que a distingue das outras categorias de negação discursiva.

Para explicar essa diferença, o autor recorre ao esquema do ato de linguagem (Charaudeau, 2016b) para lembrar que instância de produção (instância política ou de poder) é constituída pelo sujeito comunicante e pelo enunciador, este investido como um "personagem" que supostamente encena e representa o locutor-pessoa. Sendo assim, em um ato de negação discursiva, o locutor, ao mentir, o faz de modo que o que é dito pelo enunciador mascara, deliberadamente, o que ele pensa como locutor. Já na denegação, o que é dito pelo enunciador mascara o que o sujeito falante pensa, sem que ele tenha consciência disso. Enquanto na má-fé, o que o locutor pensa é colocado entre parênteses. Na impostura, contudo, a relação é mais complexa, pois se trata de um jogo de simulacro entre locutor e enunciador: o eu-locutor-pessoa encena um eu-locutor-personagem que diz o falso dado como verdadeiro; ao fazer isso, o eu-enunciador constrói, positivamente, uma falsa imagem – até mesmo uma identidade – do eu-locutor, mas essa imagem ou identidade é dada como verdadeira.

Em outras palavras, a impostura especula sobre os lugares da instância do sujeito falante, que faz com que a relação entre sujeito locutor e sujeito enunciador não seja em relação aos fatos, mas às identidades. Há, portanto, na impostura, um jogo de usurpação de lugar que não existe na mentira, nem na denegação, nem na má-fé. Se alguém que pratica a denegação ou má-fé costuma ser chamado de impostor, pode ser porque não há palavras para designá-lo e, portanto, um impostor toma o seu lugar (Charaudeau, 2022, p. 77).

Dessa forma, o autor conclui que a impostura resulta de um processo de substituição de instâncias de fala, um jogo de ser e parecer entre essas figuras de sujeitos, uma mistificação que engana os outros. Charaudeau (2022, p. 77) destaca que "[...] o impostor finge ser o que não é, e o receptor (ou seja, a vítima) toma o que vê pelo que é. A impostura supõe, portanto, a duplidade, na qual o ser, o verdadeiro, é ocultado e o parecer é apresentado como verdadeiro".

Por não revelar sua intenção, o manipulador a disfarça com um discurso distinto daquele de seu pensamento, enquanto dá indícios, até promessas, de sinceridade. Esse discurso de aparências se apresenta como favorável ou desfavorável ao destinatário, de modo a incitá-lo a agir no sentido desejado pelo manipulador. O efeito de impostura ocorre justamente quando o receptor ignora a intenção do manipulador e se deixa enganar pelo simulacro de sua enunciação. Para atingir seus objetivos, o manipulador recorre a diversas estratégias discursivas, como as que já citamos, e também às diferentes figuras de negação, excluindo-se a denegação, dado que nela o sujeito não tem conhecimento sobre o que está negando.

Dentre os procedimentos discursivos mais utilizados, o manipulador também pode recorrer ao exagero e à generalização, pois são táticas que, se apresentadas com um ar de confiança, reforçam a adesão do público ao lugar para onde o manipulador quer que ele vá. Charaudeau (2022) explica que a generalização permite que as pessoas acreditem em argumentos como “todo mundo sabe que”, que funciona como um artifício para assegurar que o alvo da manipulação adira a uma suposta opinião comum. Além disso, o “amálgama” é outro procedimento que consiste em fazer aproximações entre fatos, causas, consequências, de conectá-los e de dar a ilusão de uma explicação global. “Simples coincidências ou correlações são transformadas em relações de causa e efeito” (Charaudeau, 2022, p. 92). O recurso do amálgama provoca uma amplificação na mente das pessoas que mantêm vivos o medo, o pânico moral, o ódio, o ressentimento. Esses dois procedimentos podem ser considerados como tipos de simplificação (singularização e essencialização, respectivamente), conforme já vimos.

O efeito de impostura abre caminho para a entrada da mentira na política e, consequentemente, para a construção de um discurso estruturado em estratégias de manipulação. Charaudeau (2022) considera que o ator político não é *a priori* inimigo da verdade, pelo contrário, já que para exercer sua arte de mentir, é necessário que ele a conheça.

[...] um político, se lhe ocorre dizer a verdade, isto é, dizer o que pensa ou o que vai fazer, encontra múltiplas razões para esconder seus pensamentos ou suas intenções, para o bem do povo, ou mesmo para permanecer no poder. A mentira política pode ser considerada uma garantia de liberdade (Charaudeau, 2022, p. 105).

## Análise do pronunciamento de Bolsonaro

O pronunciamento foi adotado pela Secretaria Especial de Comunicação Social como parte de uma estratégia para conferir legitimidade à identidade social de Jair e demonstrar poder por meio de sua identidade discursiva e imagem oficial de chefe do Executivo. Implantada na ditadura militar pelo ex-presidente João Baptista Figueiredo e regulamentada pelo Decreto nº 84.181/1979, a rede nacional de rádio e televisão é

obrigatória a todos os veículos que funcionam a partir de uma concessão pública. A exibição ocorre sempre em horário nobre, interrompendo a programação dos canais. Por possuir essas características, o pronunciamento é parte de uma dimensão institucional do discurso político que confere ao sujeito de fala as condições adequadas para que ele assuma, como enunciador, a identidade discursiva atrelada ao posto de Presidente da República. É um ato de enunciação capaz de criar novos fatos institucionais que poderão interferir nas relações do sistema democrático. Como discurso político, o pronunciamento carrega consigo um sentido de legitimidade que ajuda a conferir autoridade e credibilidade à figura presidencial. É um gênero do discurso que se distingue pela força de veracidade e amplitude institucional que possui.

Levando em conta esses fatores, podemos considerar que o pronunciamento pode ser classificado como uma espécie de “Cena retórica”, conforme o conceito apresentado por Maingueneau (2020). Ele afirma que essa situação de comunicação consiste em um quadro enunciativo no qual os locutores não são simples locutores, mas oradores que pretendem se destacar das situações ordinárias de enunciação. A Cena retórica é monologal e solene, um dispositivo do discurso político para o sujeito “ganhar altura”, ir além da interação imediata com o objetivo de afirmar seus valores e assumir compromissos com o povo. Por isso, no contexto deste estudo, julgamos que essa situação discursiva envolve uma enunciação na qual o presidente espetaculariza a própria fala e, sendo assim, precisa ser feita de modo exemplar, estética e eticamente. “No plano ideal, nessa fala que enuncia o que se tem de enunciar da maneira como se deve, o Belo e o Bem se fundem” (Maingueneau, 2020, p. 111).

Tendo essa concepção como referência, consideramos que, no contexto do discurso político no Brasil, no qual o pronunciamento em rede nacional representa um contrato de comunicação firmado entre as instâncias do dispositivo para ser expressão dos valores do sistema democrático liberal, formatado por meio de elementos visuais e materiais que definem a imagem oficial da Presidência, as regras estabelecidas neste ato de enunciação envolvem, de maneira geral: anunciar projetos, programas e soluções; responder a anseios e angústias da população; informar com dados reais e verificados; celebrar datas; prestar contas das ações realizadas; apresentar-se dentro da liturgia do cargo; respeitar o sistema democrático e as normas constitucionais; e dirigir-se à toda população, sem excluir grupos. Em suma, é preciso que o locutor aja visando a conquistar a confiança da audiência, uma confiança que teoricamente se adquire no discurso quando se busca dizer o verdadeiro.

A fala à nação de 31 de dezembro de 2021 foi a última feita pela rede de rádio e televisão. Apesar de o pronunciamento ter sido um recurso bastante utilizado pelo ex-presidente<sup>2</sup>,

---

2 Segundo levantamento do portal Poder 360, Bolsonaro foi o presidente que mais fez pronunciamentos em dois anos de mandato desde a redemocratização, em 1985. Somente em 2019 e 2020, o político impôs um espaço de mais de 42 minutos na rede nacional de TV e rádio (12 pronunciamentos), ficando à frente

o abandono se deu porque o dispositivo também se tornou um canal por meio do qual a população passou a demonstrar insatisfação com a atuação de Bolsonaro perante a crise. O discurso de fim de ano serviu como um compilado em defesa das ações do governo. As declarações do presidente repetiram temas e frases prontas que já tinham sido usadas por ele em outras ocasiões. Gravado em 27 de dezembro, o pronunciamento colocou em segundo plano as fortes chuvas que atingiram cidades da Bahia e de Minas Gerais. Na data da transmissão, Bolsonaro estava de férias em Santa Catarina, visitando o parque temático Beto Carrero World.

Naquela semana, a indiferença do presidente em lidar com a tragédia climática provocou indignação nas redes sociais. Jair estava com a família na cidade de São Francisco do Sul, onde foi filmado e fotografado fazendo passeios de moto aquática, visitando uma pizzaria e dizendo a apoiadores que “esperava não ter que retornar antes” do término das férias<sup>3</sup>. Na data da declaração, a Bahia registrava 24 mortes provocadas por enchentes, que também destruíram estradas, inutilizaram estoques de medicamentos e vacinas, afetaram cerca de 629 mil pessoas, deixando mais de 90 mil desabrigadas ou desalojadas<sup>4</sup>.

Outro assunto que estava em voga era a vacinação de crianças contra a Covid-19. No pronunciamento, Bolsonaro se posicionou contra a adoção de passaporte vacinal (medida que obrigaria as pessoas a comprovarem que se imunizaram para acessar determinados locais fechados) e defendeu a prescrição médica para a imunização de crianças. Para especialistas, exigir o comprovante de vacinação e facilitar a imunização infantil eram medidas necessárias para o enfrentamento da pandemia, como estava ocorrendo em vários países do mundo. Além disso, uma pesquisa do Instituto Datafolha<sup>5</sup> mostrou que, para os brasileiros, Bolsonaro era o pior presidente da história. Foi citado por 48% dos entrevistados, o que refletia a queda de sua popularidade em razão da crise econômica e da má gestão da pandemia.

Essas temáticas eram algumas das que estavam em debate e formavam grande parte do contexto no qual se deu o último pronunciamento, reproduzido a seguir.

---

de FHC (10), Dilma Rousseff (9), Michel Temer (6), Lula (5) e Fernando Collor (3). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-e-o-presidente-que-mais-fez-pronunciamentos-em-2-anos-de-governo>. Acesso em: 25 mar. 2024.

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rbxxhWgOPmU>. Acesso em: 14 maio 2024.

4 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-da-bahia-decreta-situacao-de-emergencia-em-mais-47-cidades-por-enchentes>. Acesso em: 14 maio 2024.

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/datafolha-lula-e-melhor-presidente-da-historia-para-51-e-bolsonaro-o-pior-para-48.shtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

Boa noite! Hoje nos preparamos para o início de um novo ano: o bicentenário de nossa Independência. Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas morais, éticos e econômicos. Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu. Em 2019 aprovamos a Lei da Liberdade Econômica, simplificamos as normas regulamentadoras, começamos novas obras e concluímos muitas outras inacabadas. Fizemos ressurgir o modal ferroviário, levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão e passamos a investir no Brasil, e não mais no exterior com obras bilionárias financiadas pelo BNDES. Completamos 3 anos de governo sem corrupção. Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste. Somente nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 municípios. Já entregamos mais de 1,2 milhão de moradias do Programa "Casa Verde e Amarela" nas três faixas. Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo. Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia. Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar *lockdown* e toques de recolher, a quebra-economia só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM, programas para socorrer as pequenas e médias empresas bem como fomentar acordos entre empregadores e trabalhadores para se evitar demissões, com isso, mais de 11 milhões de empregos foram preservados. Para aqueles que perderam sua renda, criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram. O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo. Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo. Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro. Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo! Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar. Também, como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica. A liberdade tem que ser respeitada! Desde o início da pandemia falei que deveríamos combater o vírus, cuidar dos idosos e dos com comorbidades e preservar a renda e o emprego dos trabalhadores. Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos. Adentraremos 2022 com esperança de que tudo volte

à normalidade. Já são mais de 800 bilhões de reais contratados pela iniciativa privada, que vão gerar milhões de novos postos de trabalho somente nas áreas de infraestrutura. Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros, o que possibilitará, também, a redução da inflação, consequência da equivocada política do “fica em casa, a economia a gente vê depois”. Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais. O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia. Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região. Desde o primeiro momento, determinei que os Ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos. Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo. Um excelente 2022 a todos! Que Deus nos abençoe!<sup>6</sup>

Em um ato de enunciação, as emoções se estruturam a partir dos efeitos de encenação e dramatização que a situação de comunicação propicia. Neste caso, o sujeito funda seu discurso em enunciados que buscam dramatizar os argumentos de modo a conferir força de veracidade aos sentidos. Percebemos que a encenação está associada a uma estratégia que mobiliza imaginários do discurso populista para manipular espíritos a partir da retomada de uma grave situação de declínio social (*assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos*). Nesse sentido, o enunciador se coloca como o salvador, adota frases de efeito para essencializar ideias e formar imagens de si capazes de mobilizar na audiência sentimentos de formação de uma identidade originária que é vista como fundadora dos valores que o líder populista se coloca como porta-voz (*A liberdade tem que ser respeitada; temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo*). A ameaça a essa identidade passa a ser, então, o que precisa ser combatido. O líder deve ser visto de forma incontestável (*outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu*) para poder se opor aos adversários.

Além disso, os inimigos são associados a atores das instâncias adversária, midiática e cidadã que se colocaram, à época, a favor das medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia. Há também um inimigo onipresente, constituído por Lula e o PT, com o qual Bolsonaro precisa se antagonizar para manter a polarização que legitima seu discurso e sua posição de salvador. A menção a esse inimigo aparece de forma velada quando o enunciador compara o Auxílio Emergencial ao Bolsa Família, programa criado no primeiro mandato do presidente Lula, em 2004, e que se tornou um dos principais legados do governo petista. A citação comparativa entre as políticas de transferência de renda surge

---

6 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YXcqMI2DTY0>. Acesso em: 14 maio 2024.

duas vezes no pronunciamento. Parece haver uma necessidade de enfatizar essa ação específica para associar o que é atribuído ao PT a algo ultrapassado e que agora foi aperfeiçoado. A argumentação é construída omitindo contextos e informações, dentro da mesma estratégia usada para a abordagem de outras temáticas. Intencionalmente, o sujeito suprime dos enunciados a complexidade envolvida no que ele afirma com o objetivo de formar na audiência os sentidos de manipulação que busca produzir.

A condição de simplificação se materializa com a busca dos imaginários mobilizados pela rede de interdiscurso bolsonarista. Essas representações que formam os pilares do discurso da extrema direita brasileira estão todas presentes no pronunciamento, como se uma das intenções tivesse sido resgatar as ideologias que conduziram Bolsonaro à vitória de modo a retomar o apoio e a popularidade que ele vinha perdendo. De acordo com Solano (2019), o ex-presidente construiu sua candidatura a partir da negação das diferenças e da exaltação de um pensamento único e brutalizado (*propósitos da maioria que me elegeu*) moldado por três aspectos enumerados por Maurício Moura (Retrato..., 2020): 1) destruição do sistema político no imaginário da opinião pública em função da Operação Lava Jato e dos escândalos de corrupção (*assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos; Completamos 3 anos de governo sem corrupção*); 2) segurança pública como um tema nacional e não mais local ou estadual (*levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão*); e 3) necessidade da população votar em alguém novo, um candidato de fora da política tradicional (*Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019; temos um governo que... deve lealdade ao seu povo*). Além disso, o pronunciamento contempla enunciados direcionados para agradar os quatro núcleos que Goldstein (2019) aponta como as bases que alicerçaram a vitória bolsonarista: o econômico liberal, o militar, o ruralista e o evangélico. Percebemos no discurso que há um predomínio de medidas tomadas seguindo a agenda econômico-liberal, afinal esse é o quesito que mais afeta a vida da população.

No entanto, como veremos agora, vários dos feitos que o presidente lista foram abordados dentro da condição de simplificação usada como estratégia de manipulação e como construção da mentira e da impostura. Ao fazer sua declaração à nação, o presidente baseou grande parte do que disse no que ele (e sua equipe de governo) pretendia dar veracidade. Vejamos alguns desses momentos.

*Completamos três anos de governo sem corrupção.*

Essa afirmação é parte essencial do imaginário de intolerância à corrupção e antipetismo formado, principalmente, pela Operação Lava Jato e apropriado por Bolsonaro. Também corresponde a um sentido que integra o imaginário de honestidade criado pelo político para construir seu *ethos* de virtude. Trata-se de uma declaração baseada na afirmação do próprio sujeito e somente nela, já que o enunciado não encontra respaldo nos fatos para se sustentar como um saber de conhecimento (aquele que independe do sujeito). É fruto

da crença formada pelo bolsonarismo de que o ex-capitão do Exército não é corrupto. Na época em que foi dada a declaração, diversos veículos da imprensa a desmentiram e relembraram os casos de corrupção que Jair e seu governo enfrentavam<sup>7</sup>. Também havia suspeitas de corrupção sem relação direta com o governo, mas ligadas à família Bolsonaro e ao partido do presidente.

*Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu.*

Esse trecho omite e distorce os frequentes episódios de troca de ministros ocorridos ao longo do mandato. O principal deles (o mais emblemático) diz respeito ao afastamento de Sérgio Moro, em 2020. O ex-juiz da Lava Jato pediu demissão alegando interferência política de Bolsonaro no comando da Polícia Federal e o acusando de crime de responsabilidade. Naquele momento, a saída de Moro representou o desembarque do lavajatismo do governo, um apoio popular e político que foi crucial no desenrolar das eleições de 2018.

*Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste.*

Usar informações vagas é parte de um artifício do discurso político, uma estratégia de imprecisão adotada para que seja difícil surpreender o orador em erro ou recriminá-lo por ter mentido. É o que ocorre nessa sentença, o orador estrutura o discurso em cima de uma informação pouco precisa (*centenas de obras paradas há vários anos*). Contudo, ao desenvolver seu argumento, cita a transposição do Rio São Francisco como exemplo de uma das obras inacabadas. Essa citação que torna o enunciado um pouco mais preciso acaba chamando atenção por expor a estratégia de manipulação. Ao classificar a transposição das águas como uma ação de seu governo, Bolsonaro optou por ocultar uma informação importante desse contexto: quando assumiu a Presidência, mais de 90% do projeto estava concluído, vários trechos foram inaugurados em governos anteriores. Mesmo tendo sido um longo projeto, que atravessou mandatos, a transposição estava atrasada, mas não “parada há vários anos”. A obra é fortemente ligada ao imaginário dos governos petistas, pois foi idealizada e iniciada no primeiro mandato do presidente Lula, em 2007<sup>8</sup>. Citar esse projeto, que visava mitigar os severos efeitos da seca no sertão nordestino, acabou gerando um efeito de apropriação de algo não atrelado ao imaginário político de Bolsonaro. Fazer esse gesto de aproximação com a população do Nordeste

---

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/31/na-tv-bolsonaro-critica-passaporte-vacinal-e-defende-prescricao-medica-para-imunizacao-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

8 Disponível em: <https://transposicaosaofrancisco.com.br/index.php/sobre>. Acesso em: 16 maio 2024.

também era uma maneira de o presidente conquistar mais apoio na região onde foi menos votado.

*Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo. Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro. Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!*

Conforme apurou a CPI da pandemia, o Governo Federal foi omissos na busca por vacinas e demorou sete meses para fechar a compra de imunizantes da farmacêutica Pfizer (Senado, 2021). Em seu discurso, Bolsonaro ignorou essas denúncias e as inúmeras declarações negacionistas e antivacinas que deu. Ao simplificar os fatos para encaixá-los em um simulacro onde fosse possível projetar virtude e competência, o presidente procura reforçar sua imagem por meio do efeito de impostura. Ele precisa construir um imaginário favorável à vacinação que seja condizente com o enunciador projetado no discurso. É preciso vestir uma máscara que camufla o político antivacina e a favor da cloroquina. O sujeito sabe que depende da aprovação popular para sustentar seu poder político. Busca, para isso, criar efeitos de veracidade, como dizer que a vacinação no Brasil foi “um exemplo para o mundo”, de modo que o discurso encontre os sentidos de persuasão e manipulação que exalte sua imagem de líder e, assim, reforcem sua autoridade. Todavia, sustentar essa figura de virtuoso e competente sem levar em conta o contexto da realidade dos fatos, que naquele momento ainda estava vivo na memória coletiva, é deixar de parecer fidedigno e explicitar uma tentativa de enganar e ludibriar o interlocutor. Nessa situação de comunicação, o presidente parece ter sido “pegado na mentira” e, por isso, sua declaração enfrentou panelaços e protestos.

*Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar. Também como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica. A liberdade tem que ser respeitada!*

Nesse trecho, fica materializado novamente o negacionismo científico do ex-presidente. Essa postura foi considerada inadequada por especialistas, que avaliaram a obrigatoriedade da apresentação do cartão de vacinação como uma medida importante para a redução de contaminação pela Covid em ambientes fechados. Sobre a vacinação de crianças, na data do pronunciamento, a Anvisa já tinha fornecido todas as informações técnicas necessárias para justificar a necessidade de imunizar essa faixa etária<sup>9</sup>. É uma fala que vai de encontro àquela que analisamos anteriormente. Na primeira, Bolsonaro busca agradar a audiência que queria se vacinar, já na segunda defende a “liberdade” para

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-distorce-dados-e-omite-fatos-na-tv-e-e-alvo-de-panelaco-antes-do-reveillon.shtml>. Acesso em: 17 maio 2024.

os que não desejam ser imunizados. Essa contradição é um exemplo de como o sujeito busca projetar imagens distintas para persuadir o maior número de indivíduos possível. Como enunciador, Jair precisa se dirigir para a audiência que não o reconhece como um político capaz de exercer o cargo, porém não pode deixar de lado o grupo formado por seus seguidores, que o vê como espelho de seus valores e crenças. É o discurso político buscando figuras distintas para construir identificação e formar imaginários de crenças que sustentem as estratégias de manipulação. O enunciado projeta o presidente como defensor da liberdade a partir de uma frase com efeito de *slogan* (*A liberdade tem que ser respeitada!*), que ilustra a condição de simplificação, segundo a qual uma ideia precisa ser indeterminada para se tornar atrativa e, com isso, conferir dramaticidade ao ato performativo.

*Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos.*

Em relação à economia, Bolsonaro traz para o pronunciamento dados imprecisos que ainda não tinham sido totalizados pelas instituições competentes. Em 2021, de janeiro a novembro, 2,99 milhões de novas vagas foram abertas, mas o resultado de dezembro não havia sido divulgado ainda. Na publicação do número final pelo Ministério do Trabalho e Previdência, um mês depois, o saldo ficou negativo em 265 mil vagas. Com isso, o ano fechou com 2,7 milhões de empregos formais gerados, um quantitativo inferior ao que foi anunciado pelo presidente<sup>10</sup>. Da mesma forma, há imprecisão e falta de contexto sobre a quantidade de empresas abertas. Não houve preocupação em esclarecer se o número incluía os microempreendedores individuais (MEIs). Na totalização desse indicador, em fevereiro de 2022, o total de empresas abertas caiu para 4 milhões, sendo 80% delas MEIs<sup>11</sup>. Mesmo que imprecisos, a inclusão de resultados da economia dá lastro ao discurso com o imaginário do liberalismo econômico e busca projetar, junto à instância de recepção, a figura do economista Paulo Guedes, visto pelo mercado financeiro como fiador do governo Bolsonaro. Há uma busca em recuperar a confiança dos empresários e investidores para forjar o imaginário de que o Brasil tinha superado a pandemia e estava voltando à normalidade (*Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros*).

*Para aqueles que perderam sua renda, criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram. O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o*

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/caged-brasil-gerou-27-milhoes-de-empregos-formais-em-2021>. Acesso em: 17 maio 2024.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2022-02/80-das-empresas-abertas-no-pais-em-2021-eram-meis>. Acesso em: 17 maio 2024.

*antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo.*

*Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais. O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia.*

Apesar de serem programas lançados pelo governo Bolsonaro, houve resistência na criação tanto do Auxílio Emergencial, quanto do Auxílio-Brasil por parte do Poder Executivo. Em seu pronunciamento, o presidente se apropriou dessas ações sem considerar os embates ocorridos na aprovação das medidas. No início da crise, a equipe econômica pretendia distribuir R\$ 200 aos trabalhadores informais. Bolsonaro não citou as iniciativas do Congresso para ampliar o valor do Auxílio Emergencial, que só foi alterado para R\$ 600 após o governo ter recebido muitas críticas. A criação desse programa foi uma das medidas que seguraram a aprovação de Bolsonaro na pandemia. Transformar o Bolsa Família em Auxílio-Brasil era parte de um artifício de *marketing* para perpetuar o efeito positivo do Auxílio Emergencial e ainda desvincular o programa de assistência social do imaginário que o associava a governos petistas. Na iminência de iniciar mais um ano eleitoral, Jair precisava vincular sua figura ao imaginário de um presidente benevolente que se importava com os pobres (*mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes; O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas*). Além de buscar forjar essa imagem, o político insistia na dualidade da polarização, comparando as ações que tomava como sendo melhores que as realizadas nos governos do PT. Também associou o que aconteceu na pandemia aos adversários, mantendo vivo o conflito que construiu entre ele e seus críticos desde o início da crise sanitária (*a quebra deira econômica; abandonados pelos que mandavam fechar tudo*).

*Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região. Desde o primeiro momento, determinei que os ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos.*

Conforme falamos anteriormente, o presidente foi criticado e cobrado por não ter interrompido as férias para liderar as ações de ajuda às cidades que enfrentavam inundações. Bolsonaro gravou sua fala pouco antes de viajar para Santa Catarina. Com isso, seu discurso ficou fora de contexto, não deu a importância devida à tragédia. O presidente cita que mais de 70 municípios foram atingidos pelas chuvas, mas o número estava desatualizado. No dia 31, 136 cidades baianas estavam em situação de emergência, quase o dobro do informado por ele. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, o

registro do volume de chuvas na Bahia em dezembro foi o maior dos últimos 60 anos<sup>12</sup>. Além de menosprezar a catástrofe, Jair não lamentou as mortes ou a situação das centenas de feridos e milhares de desalojados e desabrigados. Ao determinar que os ministros prestassem apoio à população, terceirizou a responsabilidade, isentando-se de participar pessoalmente da ajuda à região. Bolsonaro considerava a Bahia um território “inimigo”, por ter recebido menos votos que Fernando Haddad, em 2018, e porque o governador do Estado era Rui Costa, político filiado ao PT. Ao agir demonstrando certa indiferença, mesmo que sem intenção, o sujeito projetou um enunciador desinteressado em cumprir as obrigações do cargo presidencial. A questão das chuvas foi colocada em segundo plano. Olhar com mais humanidade para a população baiana era um ato que parecia não integrar a cartilha de conduta bolsonarista, pois, ao fazer isso, correria o risco de produzir um sentido cujo significado poderia ser agir em favor daqueles que classificava como “inimigos”.

Apesar da proposta do pronunciamento consistir na apresentação de um balanço das ações realizadas pelo governo (muitas delas citadas de forma distorcida e omitindo o real contexto), o sujeito procura manter vivo em seu discurso o conflito que mobiliza a polarização. Estrutura sua fala dramatizando-a com os elementos populistas que alimentavam os imaginários formadores dos sentidos que intencionava produzir na audiência. Mesmo não estando em período eleitoral, Bolsonaro precisava potencializar sua mensagem com o discurso característico da época de sua candidatura. O capitão é dependente do conflito para existir a partir de um *ethos* que mistura imagens de sua figura política e do cargo presidencial, criando uma realidade paralela na qual consiga se manter relevante no debate público. Mesmo no pronunciamento, que não segue as normas de uma situação de comunicação informal, é preciso alimentar um *ethos* de autenticidade para criar o espelho por onde seus seguidores se veem refletidos. Os imaginários sociodiscursivos são fundamentais na simplificação das ideias e na essencialização dos julgamentos que irão provocar os efeitos de manipulação do processo discursivo.

Os conflitos são, evidentemente, simplificadores do ponto de vista dos julgamentos, das opiniões, dos argumentos que os sustentam e tendem a produzir oposições binárias e maniqueístas. É que qualquer temperança nesses casos, qualquer exame racional das oposições, qualquer troca controlada de argumentos os eliminariam (Charaudeau, 2016a, p. 10).

A polarização política radicalizada fundada antes do mandato bolsonarista e que perdurou ao longo e depois dele dependia das declarações do presidente, da disseminação de mentiras e do discurso de ódio perpetrado principalmente pelas redes sociais para se manter fortalecida. Ao se colocar como missionário divino (*Quis Deus que eu ocupasse a*

---

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/12/30/com-maior-volume-de-chuva-nas-ultimas-decadas-no-mes-de-dezembro-bahia-tem-desafio-para-reconstrucao-de-cidades.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2024.

*Presidência em 2019; Hoje temos um governo que acredita em Deus), Bolsonaro procurava reforçar essa oposição binária e maniqueísta (ligada muito mais à emoção do que à razão) para se blindar das críticas. Como “Messias”, seus atos ou omissões eram parte de uma liturgia governamental que não deveria ser questionada. Por grande parte da instância cidadã, o discurso do ex-presidente era interpretado sob a perspectiva desse imaginário populista, materializado por sentidos vindos de um saber de revelação, sua palavra é a única verdadeira. Além de seduzir seguidores, o discurso buscava produzir significações que colocassem os opositores de Jair como defensores de ideologias, programas políticos ou ações que, na lógica do populismo bolsonarista, estariam contra o que Deus (ou o próprio Bolsonaro) determinou.*

## **Considerações finais**

Apesar de buscar tornar efetivo um contrato formatado para o dispositivo político da democracia constitucional, o ex-presidente imprimiu a seu discurso sentidos que fizeram suas falas transgredirem a ordem estabelecida. Essa transgressão característica do discurso populista ocorreu não da forma estética, como apontam Barros e Lago (2022), mas de maneira discursiva. Se, por um lado, Bolsonaro não se expressou de forma vulgar e agressiva; por outro, ele recorreu aos imaginários formadores de seu jeito autêntico. Seu discurso, além de ter sido majoritariamente moldado pela rede de interdiscurso bolsonarista, recorreu a estratégias de persuasão e manipulação para gerar efeitos de sentido que legitimassem fatos e narrativas não compatíveis com o real verdadeiro. Como Cena retórica vinculada a uma situação extraordinária de enunciação, o pronunciamento funciona a partir de normas que impedem que a transgressão verbal de Bolsonaro seja usada no jogo de manipulação populista e, por isso, o sujeito precisa encontrar estratégias discursivas que não sejam esteticamente transgressoras para poder se impor como o líder dominante. Emergiu dos pronunciamentos as representações e características discursivas usadas pela extrema direita.

O discurso no pronunciamento agiu para estabelecer um simulacro no qual a conduta de Bolsonaro e o seu governo foram colocadas como exemplares no enfrentamento à pandemia. O sujeito ainda parece ter agido com impostura ao se solidarizar com as vítimas dos temporais que causaram destruição na Bahia, enquanto passava férias em Santa Catarina, onde afirmou não querer interrompê-las devido à catástrofe.

Ao assumir no pronunciamento a postura de chefe do Executivo, Bolsonaro, como locutor-pessoa, projetou um enunciador que alterna entre duas identidades, a de político e a de presidente, para botar em prática estratégias de manipulação sustentadoras de sua posição como instância detentora de poder. A fala em rede nacional é importante porque representa um contrato no qual não é necessário reagir empiricamente ao interlocutor e, sendo assim, o sujeito pode construir a imagem de si que melhor lhe convier a depender do contexto situacional. O político usou o pronunciamento como um dispositivo para a

legitimização de um simulacro, em que se dirigiu ao público a quem ele deve satisfação e também àquela audiência com a qual ele precisou impor seu *ethos*. Dessa forma, estabeleceu contratos que institucionalizaram o discurso populista autoritário filiado à extrema direita.

A transformação ou desvio dos fatos da realidade, como o negacionismo e as *fake news*, é chamado por Charaudeau (2022) de contraverdade. O autor afirma que, na internet, esse tipo de enunciado é aceito de forma mais natural, porque está inserido no ambiente onde se originou. No entanto, quando a contraverdade é levada para outros ambientes, como o da televisão (regido por um contrato totalmente diferente), pode ser que perca essa aceitação naturalizada comum às mídias sociais. Quando fundamentou seu discurso acionando *ethé* distintos (e até contraditórios) e misturando saberes de conhecimento a saberes de crença para formar a contraverdade, Bolsonaro agiu com a intenção de firmar discursivamente um outro contrato. Parece que houve uma tentativa de levar o enunciador das redes sociais para esse lugar solene onde o comportamento transgressor não é naturalmente aceito. O enunciador do pronunciamento adulava a postura de polemizador do universo digital, nivelando a instância cidadã brasileira pelos parâmetros que usava para se dirigir a seus eleitores. Apesar de mascarado pela projeção da imagem presidencial, esse comportamento discursivo parece ter gerado uma figura dissonante e incongruente que não conseguiu, de fato, falar à nação. O reconhecimento desse sujeito como autoridade digna de crédito acabou ficando comprometido.

## Referências

BRASIL. *Decreto nº 84.181, de 12 de novembro de 1979*. Altera a redação do artigo 87, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d84181.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d84181.htm). Acesso em: 25 mar. 2024.

BARROS, T. Z. de; LAGO, M. *Do que falamos quando falamos de populismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

CHARAUDEAU, P. *A manipulação da verdade*: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. Tradução Dóris de Arruda C. da Cunha. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública*: como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016a.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Editora Contexto, 2016b.

CHARAUDEAU, P. *O discurso propagandista: uma tipologia*. Le site de Patrick Charaudeau, 2010. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>. Acesso em: 06 mar. 2024.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3. ed. Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2018.

EMEDIATO, W. Dimensões e faces da mentira no discurso político. In: EMEDIATO, W. (org.). *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2016, p. 14-49.

GOLDSTEIN, A. *Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires: Marea Editorial, 2019.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. Tradução Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

RETRATO Narrado – Episódio 5: O caminho até o Planalto. Maurício Moura. Reportagem: Carol Pires. [S. l.]: Spotify Studios e revista Piauí, out. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4hwFT1x4KUcF3cd6lgLwzC?si=c331457b38eb4e43>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SENADO FEDERAL. *Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia: relatório final*. Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, S. et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.